

▪ **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

**RECURSO :**

Ao ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

Ref.: Pregão Eletrônico 02/2023.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA (UASG: 985909)

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

RECORRENTE: LABUTAR DISTRIBUIDORA E PRESTADORA DE SERVIÇO EIRELI.

RECORRIDA: M F C DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA.

A empresa LABUTAR DISTRIBUIDORA E PRESTADORA DE SERVIÇO EIRELI, com sede à Rua Santa Marta, nº 47, Realengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 22.965.625/0001-20, vem, tempestivamente, com fulcro no art. 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/02, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO contra a aceitação da licitante M F C DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA nos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

**I – DAS RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

Para todos os itens do certame, a empresa M F C DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA, doravante denominada RECORRIDA, ofertou produtos com preços que sugerem desconformidade com as características estabelecidas no Edital, conforme exposto na peça recursal abaixo.

**II – DOS FATOS E FUNDAMENTOS**

O Edital do certame, mais precisamente em seu Termo de Referência, descreve as especificações de todos os seus itens (de 1 a 8), com o seguinte requisito em comum: "original". Além disso, o Ilmo. Pregoeiro afirmou através de repetidos esclarecimentos prestados que "serão aceitos somente produtos originais, ou seja, de primeira linha e produzidos pelos mesmos fabricantes da impressora".

Entretanto, embora a RECORRIDA tenha cadastrado sua proposta com as marcas dos produtos como sendo EPSON, HP E BROTHER e tenha afirmado no chat que os produtos são originais, os preços ofertados estão flagrante e exageradamente abaixo dos preços praticados no mercado para os produtos originais. Assemelham-se, sim, aos preços de produtos compatíveis.

Para explicitar tal fato, tomaremos alguns itens como exemplo e faremos uma comparação entre os preços ofertados pela RECORRIDA, valores máximos estimados pela Administração e preços praticados pela Kalunga (Distribuidora Autorizada HP).

**M F C DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA**

- 1 – R\$ 68,53
- 2 – R\$ 92,60
- 3 – R\$ 28,90
- 7 – R\$ 23,20
- 8 – R\$ 108,00

**ESTIMATIVA ADMINISTRAÇÃO**

- 1 – R\$ 228,69
- 2 – R\$ 228,69
- 3 – R\$ 507,36
- 7 – R\$ 103,48
- 8 – R\$ 340,91

**KALUNGA**

- 1 – R\$ 225,90  
(<https://www.kalunga.com.br/prod/kit-garrafa-epson-t664-para-ecotank-preto-ciano-magenta-amarelo-1-un/797657>)
- 2 – R\$ 225,90  
(<https://www.kalunga.com.br/prod/kit-garrafa-epson-t544-para-ecotank-preto-ciano-magenta-amarelo-1-un/797659>)
- 3 – R\$ 582,90  
(<https://www.kalunga.com.br/prod/toner-hp-85a-preto-laserjet-original-ce285ab-para-hp-laserjet-pro-p1102-p1102w-p1102w-m1212nf-m1132-cx-1-un/229699>)
- 7 – R\$ 83,00  
(<https://www.kalunga.com.br/prod/cartucho-toner-preto-tnb021br-brother-1-un/217366>)
- 8 – R\$ 399,00  
(<https://www.kalunga.com.br/prod/cilindro-parabrother-laser-drb021-brother-cx-1-un/005006>)

Mesmo se considerarmos a possibilidade de que determinada empresa, por meio de compra direta, obtenha melhores preços do que os praticados no varejo, vislumbra-se no caso concreto que a proposta da RECORRIDA destoa por larga margem dos valores máximos estimados pela própria Administração e, também, dos preços

praticados no mercado de produtos legitimamente originais. Com isso, pairam sobre a referida proposta duas dúvidas:

Dúvida 1: quanto à sua exequibilidade

Dúvida 2: quanto à originalidade do material ofertado

Cabe dizer que a mera afirmação via chat de que os produtos são originais não prova, nem garante sua legitimidade.

Conforme item 10.3 do Edital, "qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita".

Diante disso, faz-se necessário que a RECORRIDA demonstre a exequibilidade dos produtos ofertados através de Planilha de Composição de Custos, juntamente de orçamento do Fabricante das impressoras ou de seus Distribuidores Autorizados, que comprovem:

- 1) a veracidade das informações dos custos
- 2) a originalidade das tintas e dos toners ofertados

A licitação pública destina-se, conforme dispõe o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, a garantir que a proposta mais vantajosa seja selecionada pela Administração.

Não obstante, o procedimento licitatório tem como princípio fundamental a vinculação ao instrumento convocatório, obrigando que a proposta vencedora atenda plenamente os aspectos técnicos previstos em Edital.

Por esse motivo e diante da grande quantidade de propostas com preços abaixo do praticado no mercado, a fim de que a Administração adquira indubitavelmente produtos originais, conforme exhaustivamente explicitado pelo Ilmo. Pregoeiro, solicitamos que todas as licitantes que se encontrarem provisoriamente classificadas em primeiro lugar sejam convocadas a apresentar Planilha de Composição de Custos, juntamente de orçamento do Fabricante das impressoras ou de seus Distribuidores Autorizados.

### III – DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, os preços sensivelmente abaixo do mercado apresentados pela RECORRIDA fundamentam a razoável suspeita acerca da exequibilidade e, conseqüentemente, da originalidade dos produtos ofertados, o que estaria em desacordo com os aspectos técnicos previstos no Termo de Referência, não atendendo ao que a Administração almeja adquirir.

Diante do exposto, pedimos que seja revista a decisão que declarou aceita e habilitada a proposta da empresa M F C DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, sendo a mesma convocada a apresentar Planilha de Composição de Custos, juntamente de orçamento do Fabricante das impressoras ou de seus Distribuidores Autorizados, a fim de comprovar a exequibilidade da proposta e a originalidade dos produtos ofertados.

Em caso de não comprovação, que a RECORRIDA seja desclassificada e seja dado prosseguimento à fase de julgamento, de modo que as licitantes subsequentes sejam convocadas, igualmente, a apresentar a documentação acima mencionada, para que não haja dúvidas de que a Administração esteja adquirindo produtos originais.

Na hipótese do não deferimento deste recurso, requer-se que faça este subir à autoridade superior, em conformidade com o §4º, do art. 109, da Lei 8.666/93.

Termos em que pede e aguarda deferimento.

Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2023.

LABUTAR DISTRIBUIDORA E PRESTADORA DE SERVIÇO EIRELI

**Voltar** **Fechar**





PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

## RECURSO ADMINISTRATIVO

**Requerente: LABUTAR DISTRIBUIDORA E PRESTADORA DE SERVIÇO EIRELI**

**Referente ao Processo nº 12.485/2023**

**Pregão Eletrônico nº 002/2023**

Trata-se de **RECURSO** contra ao Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2023, interposto pela empresa **LABUTAR DISTRIBUIDORA E PRESTADORA DE SERVIÇO EIRELI** inscrita no CNPJ sob o nº 22.965.625/0001-20, com sede na Rua Santa Marta, nº 47, Realengo, Rio de Janeiro-RJ, CEP 21.755-050, vem apresentar o Recurso Administrativo.

### I. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

A previsão legal do instituto do recurso em processo licitatório, apoiar-se na Lei nº 10.520/2002, Art. 4, inciso XVIII, conforme os excertos seguintes:

*Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*

*I (...)*

*XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;*

### II. TEMPESTIVIDADE

A data de abertura da sessão pública do certame, no Portal de Compras Públicas, foi marcada originalmente para ocorrer em 26/10/2023, conforme extrato publicado no Diário Oficial do Município, no dia 10/10/2023, encerrando-se na mesma data. Assim, assistindo ao item 13 e subitens do instrumento convocatório, foi aberto prazo para manifestação de intenção de recursos de 30 (trinta) minutos e de 03 (três) dias úteis para manifestação de memorial de razões, conforme



PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na Lei 10.520/2023 em exame foi entroposto tempestivamente de forma motivada em sistema. A intenção foi aceita em conformidade aos arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal; 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002; e 44, § 1º, do Decreto 10.024/2019.

### III. DA ANÁLISE

Trata-se o processo administrativo nº 12.485/2023 de pregão eletrônico para registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de suprimentos de informática (toners) para impressoras para atender as necessidades das unidades escolares, creches e da sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia do Município de Saquarema/RJ

### I - DA ALEGAÇÃO DE INEXEQUIBILIDADE

**A Recorrente alega em fase de recurso que:**

*“O Edital do certame, mais precisamente em seu Termo de Referência, descreve as especificações de todos os seus itens (de 1 a 8), com o seguinte requisito em comum: “original”. Além disso, o Ilmo. Pregoeiro afirmou através de repetidos esclarecimentos prestados que “serão aceitos somente produtos originais, ou seja, de primeira linha e produzidos pelos mesmos fabricantes da impressora”.*

*Entretanto, embora a RECORRIDA tenha cadastrado sua proposta com as marcas dos produtos como sendo EPSON, HP E BROTHER e tenha afirmado no chat que os produtos são originais, os preços ofertados estão flagrante e exageradamente abaixo dos preços praticados no mercado para os produtos originais. Assemelham-se, sim, aos preços de produtos compatíveis.”*

**E assim prossegue...:**

*“Sendo assim, os preços sensivelmente abaixo do mercado apresentados pela RECORRIDA fundamentam a razoável suspeita acerca da exequibilidade e, conseqüentemente, da originalidade dos produtos ofertados, o que estaria em desacordo com os aspectos técnicos previstos no Termo de Referência, não atendendo ao que a Administração almeja adquirir.*

*Diante do exposto, pedimos que seja revista a decisão que declarou aceita e habilitada a proposta da empresa M F C DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, sendo a mesma convocada a apresentar Planilha de Composição de Custos, juntamente de orçamento do Fabricante das impressoras ou de seus Distribuidores Autorizados, a fim de comprovar a exequibilidade da proposta e a originalidade dos produtos ofertados.*





PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

*Em caso de não comprovação, que a RECORRIDA seja desclassificada e seja dado prosseguimento à fase de julgamento, de modo que as licitantes subsequentes sejam convocadas, igualmente, a apresentar a documentação acima mencionada, para que não haja dúvidas de que a Administração esteja adquirindo produtos originais.”*

#### **Resposta ao Recorrente:**

Inicialmente cabe registrar que compete a Administração Pública por meio do pregoeiro, ao julgar as propostas do Pregão analisar os preços tendo como parâmetro o valor estimado da licitação. Ressalta-se que a proposta vencedora deverá atender às exigências do edital e ofertar o menor preço para que seja consagrada vencedora do certame.

A Lei Federal 8.666/93, em seu art. 48, inciso II, § 1º, prevê a desclassificação de proposta contendo preços inexequíveis, assim considerados aqueles que “não se revelam capazes de possibilitar a alguém uma retribuição financeira mínima (ou compatível) em relação aos encargos que terá de assumir contratualmente” (MENDES, RENATO GERALDO)

Destina-se tal previsão a:

I - minimizar riscos de uma futura inexecução contratual já que o particular, ao apresentar proposta de preços muito baixos, pode estar assumindo obrigação que não pode cumprir; e

II - tutelar valor juridicamente relevante, qual seja, o de que as atividades econômicas sejam lucrativas, promovendo a circulação de riquezas no país.

O Tribunal de Contas da União dispõe que: “A desclassificação por inexecuibilidade não se dará de forma sumária, em todos os casos será oportunizado ao licitante à comprovação da exequibilidade de preço ofertado, considerando aquele praticado no mercado”. (TCU - PLENÁRIO - ACÓRDÃO 1695/2019).

De acordo com o Supremo Tribunal de Justiça o entendimento é no sentido de que a interpretação do dispositivo não seja rígida, literal e absoluta. A presunção de inexecuibilidade, também para a jurisprudência, deve ser relativa, oportunizando ao licitante à demonstração da exequibilidade da proposta:

(...)

No mesmo sentido verifica-se o entendimento do TCU - “O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas ‘a’ e ‘b’, da Lei nº 8.666/93 conduz uma presunção relativa inexigibilidade de preços, devendo a Administração dar ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta. (Acórdão 587/2012 - Plenário, Rel. Min. Ana Arraes)”

9



PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

Resumindo, no entendimento do TCU a exclusão do certame de proposta passível de demonstração de exequibilidade constitui falta grave, visto que os fatores externos que oneram a produção incidem de maneira diferente sobre cada empresa, a depender da situação empresarial, facilidades ou dificuldades que permeiam nas negociações.

Em conclusão, decide este Pregoeiro com base nos fundamentos acima apresentados que será acolhido o referido pedido, ou seja, decide a Comissão Especial de Pregão Eletrônico que será concedido ao licitante declarado vencedor a oportunidade de comprovação da exequibilidade da proposta, que deverá ser demonstrada via sistema, para apreciação dos demais concorrentes e possíveis argumentações, garantindo o contraditório e ampla defesa.

## CONCLUSÃO

Em razão do acima exposto, recebo o recurso apresentado, dele tomo conhecimento, pois tempestivo e no mérito dou provimento ao recurso apresentado.

Para fins de contraditório e ampla defesa dê-se deferimento à solicitação de comprovação de exequibilidade de proposta pela licitante vencedora *M F C DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA*, aprazando nova abertura de sessão pública com fim de saneamento dos questionamentos dos valores apresentados, devendo proceder com a comprovação da exequibilidade de sua proposta, por meio de documentação juntada ao certame.

Aprazo a reabertura de sessão deste pregão para o dia 21/11/2023 (vinte e um de novembro de dois mil e vinte e três) às 10:00 (dez) horas.

Dê ciência da decisão à licitante vencedora e demais concorrentes e interessados da licitação.

Saquarema, 13 de novembro de 2023.

  
GUILHERME CASTRO  
Pregoeiro